



TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - SETEMBRO - 2010
ANO 16 - NÚMERO 153

Rodrigo Vilaça

Gestão de arquivos: um grande desafio

Na Justiça de Minas, o volume de documentos cresce cerca de 10% a cada ano. O desafio é aplicar políticas para o descarte, tendo em vista os custos de manutenção. No TJMG, já há normas definidas para o armazenamento de documentos administrativos. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou programa de gestão documental e, em breve, vai colocar à disposição, no *site* www.cnj.jus.br, a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, válida para eliminação de processos judiciais. Acompanhe as inovações nessa área.

Páginas 6 e 7

O papel do Judiciário nas eleições

As eleições de 3 de outubro se aproximam, e espera-se novamente que os milhões de eleitores brasileiros se dirijam em ordem até as urnas para exercer o seu direito de eleger o candidato que entenderem ser aquele que melhor irá representá-los nos governos do País e do seu estado e também no Legislativo, nas esferas federal e estadual. Tem sido essa a rotina no Brasil, desde que ele se reencontrou com a democracia, há cerca de 30 anos.

A cada nova eleição, a sociedade brasileira fica mais madura e ciente de seus direitos e deveres cívicos e democráticos. O cidadão se engrandece, o processo como um todo se aperfeiçoa, e a democracia sai um pouco mais fortalecida.

Por trás de tudo está a Justiça Eleitoral. Ao longo de sua história, ela vem exercendo um papel fundamental, assegurando o desenrolar e a legitimidade do processo eletivo e promovendo sucessivas e verdadeiras revoluções silenciosas sempre que ocorre uma nova eleição no País.

É o Judiciário o grande responsável pelo bom andamento das eleições. Ele que se desdobra com

inventividade e competência para tentar coibir as distorções nos pleitos.

E à frente dele estão os juizes eleitorais, que são exigidos sobremaneira durante as sucessivas etapas do calendário eleitoral. São eles os responsáveis pelo deferimento de candidaturas, pela fiscalização da campanha e pela apuração dos votos, como mostra reportagem nesta edição (ver página 3).

Mas nem só o processo eleitoral está na pauta do Judiciário. Casos que envolvem celebridades ou que chamam muita atenção da mídia mexem com a rotina do Tribunal. A reportagem na página 4 dá uma ideia de como é lidar com casos de grande repercussão.

Entre outras boas opções de leitura desta edição está uma que envolve a gestão da informação (páginas 6 e 7). Ela chama a atenção para a guarda e o descarte de documentos. Assunto recorrente, mas que sempre desafia a todos que lidam com as toneladas de papéis que se acumulam nos gabinetes e nos arquivos do Tribunal e que acabam gerando custos exorbitantes para o sistema.

Boa leitura (e bom voto) a todos!

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.

EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado de MG

Presidente: Cláudio Costa;

1º Vice-Presidente: Carreira Machado;

2º Vice-Presidente: Herculano

Rodrigues;

3ª Vice-Presidente: Márcia Milanez;

Corregedor-Geral: Alvim Soares;

Secretário Especial da Presidência:

Luiz Carlos Elói; Secretário Especial

de Comunicação da Presidência:

Helcio Zolini; Assessora de

Comunicação Institucional: Valéria

Valle Viana; Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes; Editoras e

Jornalistas Responsáveis: Ione

Bernadele Dias - RP nº 1929/MG e

Patrícia Melillo - RP nº MG 04592/JP;

Revisão: Patrícia Limongi; Design

Gráfico: Carlos Eduardo Miranda;

Fotolito e Impressão: CGB Artes

Gráficas Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º

andar - Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

31 3299-4622

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

Novos Rumos muda de endereço

O programa Novos Rumos do TJMG, responsável por ações voltadas para a humanização no cumprimento da pena, passará a funcionar no Edifício Bemge (rua Rio de Janeiro, 471, Praça Sete, BH). Em 31 de agosto, o presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, conduziu cerimônia que celebrou o termo de cessão do imóvel, pertencente à Fundação João Pinheiro. Além do presidente do TJ, compuseram a mesa de honra do evento o secretário de Estado de Defesa Social, Moacyr Lobato; a coordenadora do projeto Novos Rumos e presidente do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, desem-

bargadora Jane Silva; o vice-presidente da Fundação João Pinheiro, Mário José Ferreira, representando o presidente, Afonso Borges; o procurador-geral de Justiça adjunto institucional, Waldemar Arimatéia, representando o procurador-geral de Justiça, Alceu José Torres Marques; a defensora pública geral, Andréa Abritta Garzon Tonet, e a juíza auxiliar do Conselho Nacional de Justiça e coordenadora do Mutirão Carcerário em Minas Gerais, Selma Arruda. Também estiveram presentes os desembargadores Alves de Andrade e Herbert Carneiro e o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos.



Eleições 2010: Justiça une esforços



Rodrigo Vilaca

Rossana Magri

■ O juiz eleitoral Renato Luis Dresch confessa não ser favorável à criação da carreira de juiz eleitoral

■ O presidente do TRE, desembargador Kildare Carvalho, conduz as eleições em Minas

Wilson Menezes

As sucessivas etapas de um calendário eleitoral, desde o deferimento de candidaturas, passando pela fiscalização da campanha até a apuração dos votos, são um trabalho que pode exigir muito de um juiz eleitoral. Tanto que tramita na Câmara dos Deputados uma proposta de emenda constitucional (PEC) que cria a carreira de juiz eleitoral, cargo que seria preenchido por meio de concurso público de provas e de títulos. Atualmente, a Justiça Eleitoral não tem um quadro próprio de juizes.

Comparativamente, há regiões que cobram mais ações dos juizes que outras. Em Minas Gerais, por exemplo, o número de eleitores cresceu 6,8% em relação às últimas eleições. Com isso, o Estado permanece como o segundo maior colégio eleitoral do Brasil, com 14.522.090 eleitores, 10,69% do total de eleitores no Brasil, e segue atrás apenas de São Paulo. O menor eleitorado está em Roraima, com cerca de 250 mil eleitores, segundo dados atualizados do Superior Tribunal Eleitoral (TSE).

Responsável por conduzir as eleições em Minas, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Kildare Carvalho, reconhece que é árduo o trabalho de um juiz durante o período eleitoral

e acredita na solidariedade e colaboração de todos os magistrados para que os trabalhos sejam realizados com sucesso. Ele pondera que a experiência adquirida nos fóruns é usada para acelerar o cumprimento das rotinas de trabalho na Justiça Eleitoral.

O juiz eleitoral e titular da 4ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal, Renato Luis Dresch, comenta que consegue conciliar bem suas duas atividades. "No período eleitoral, passo duas vezes por semana no cartório e deixo o trabalho em dia, para não acumular serviço. Não sou favorável à criação de uma carreira para o juiz eleitoral, pois se corre o risco de o magistrado só ter trabalho num período de três a quatro meses a cada dois anos."

Espírito cívico

Favorável à Lei da Ficha Limpa, que prevê a inelegibilidade de candidatos com processos na Justiça, o desembargador Kildare Carvalho enfatiza que, somente com o repasse de informações ao TRE, a sociedade poderá escolher os mais qualificados postulantes a cargos públicos. "É nossa função, a partir dessa

nova Lei, excluir os candidatos que têm condenações. Para isso, precisamos do trabalho colaborativo e, ao mesmo tempo, solidário dos juizes", reafirma o magistrado.

Pensamento que é compartilhado pelo juiz Renato Dresch. "Como somos também remunerados pelo trabalho na Justiça Eleitoral, nada mais justo do que prestarmos com muita dedicação e espírito cívico nosso ofício e contribuirmos para a realização de uma eleição sem vícios."

Minas permanece como o segundo maior colégio eleitoral do Brasil, com 14.522.090 eleitores, 10,69% do total de eleitores no Brasil, e segue atrás apenas de São Paulo

Ações de repercussão na mídia afetam trabalho no Tribunal



Raul Machado

O julgamento de Marcos Antunes Trigueiro, conhecido como o maníaco de Contagem, foi amplamente coberto pela imprensa

Letícia Lima

Experimente procurar no Google por "caso Bruno", que é como a imprensa vem chamando a história que trata do desaparecimento de Eliza Samúdio. Aparecem 855 mil inserções, isso em consulta feita em 13 de agosto. Chega-se a esse número porque as notícias vão sendo replicadas e comentadas. Mas de onde parte a notícia? Você sabe qual é o envolvimento da Justiça com um caso de repercussão como esse? Nessas situações, a rotina de muitos setores muda. E alguns passam a contribuir para a divulgação institucional da notícia.

Durante mais de um mês, todos os dias, a Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) recebeu ligações de jornalistas de diversos veículos e estações do Brasil, que procuravam confirmar ou apurar informações sobre o caso. São várias as histórias de crimes com repercussão na mídia, que exigem trabalhos especiais da Ascom. No Juri do detetive Reinaldo Pacifico, condenado por matar a modelo Cristiana Ferreira, os servidores de comunicação acompanharam o julgamento até o final, isto é, até as 5h da madrugada. O mesmo ocorreu na cobertura do Juri de Simone Cassiano (acusada de jogar sua filha na Lagoa da Pampulha). Mas o caso do desaparecimento de Elisa Samúdio se tornou atípico pela situação e periodicidade de procura.

Desde 7 de julho, a Ascom passou a divulgar no portal tudo que poderia suprir a demanda da imprensa. Foram 21 inserções só de informações relacionadas ao caso, além de esclarecimentos por telefone. Plantões nos fins de semana por meio de celular para verificar possíveis novidades e responder aos jornalistas. Mas, para atender a essa necessidade por resposta oficial, é preciso, sempre, entrar em contato com juizes e desembargadores à frente de determinado caso, escrivães, oficiais de apoio judicial e funcionários dos setores de Protocolo, Distribuição e Transporte, entre outros.

Outros setores

O assistente técnico de transporte Elcio Bastos Alves não imaginava que o setor tinha sido, indiretamente, responsável pelas notícias divulgadas pela Ascom para toda a imprensa; no entanto, segundo ele, os funcionários desse setor têm a consciência de que "encerram várias missões". "A gente é responsável pela prisão e soltura de vários presos, ao levar os oficiais para o cumprimento dos mandados", lembra. Contribuindo para a publicidade da notícia, por três vezes levaram servidores da Ascom a Contagem, local onde parte do caso está sendo analisado.

Em contato frequente com o juiz da Vara da Infância e da Juventude, Elias Charbil Abdou Obeid, a Ascom era orientada sobre as informações que poderiam ser divulgadas, pois uma das ações envolve um menor, que já foi, inclusive, condenado. "Acho que esse caso do goleiro empata com o da Isabella Nardoni. Envolveu mais de 100 policiais no dia da oitiva dos acusados que foram testemunhas do menor. Foi algo inusitado, mas que se tornou simples pela intervenção da Ascom. E a mídia foi importante porque fez o trabalho dela sem prejudicar o nosso", comenta. Também foi feito contato com a juíza da Vara do Tribunal do Juri de Contagem, Marixa Fabiane Lopes Rodrigues. Ela está analisando o processo em que oito pessoas são acusadas de envolvimento no desaparecimento da modelo. Além dessa ação, foram impetrados 39 pedidos de habeas corpus, visando à soltura desses envolvidos, 27 só em favor do goleiro do Flamengo.

Para o desembargador que vem recebendo esses habeas corpus, Doorgal Borges de Andrada, a grande quantidade de pedidos influenciou a rotina de trabalho da 4ª Câmara Criminal, acarretando aumento no volume

de serviços. "O habeas corpus tem preferência na análise. Em três ou quatro horas eu me dedicava ao caso e dava a decisão, para evitar que a imprensa desse margem a especulação. Sabendo que a notícia é de repercussão, procurei dar a decisão da liminar sempre no mesmo dia", afirma. Ele lembra que o TJ julga ações desse tipo corriqueiramente e analisa questões até mais graves, porém não têm repercussão porque envolvem pessoas sem vida pública. Segundo ele, as notícias divulgadas no site do TJ foram positivas, pois transmitiram credibilidade, são uma informação oficial e possibilitaram a todos o acesso democrático às informações.

O coordenador do Protocolo, Jackson Magalhães Rafael, foi um dos que também contribuíram para a divulgação das notícias veiculadas pela Ascom. Assim que um habeas corpus dava entrada no TJ, ele comunicava à Ascom, que poderia confirmar a informação para a imprensa. Com rapidez, ele podia informar pelo menos o básico: que havia entrado o pedido, para quem era e quem tinha feito. "Percebi que era importante. Se existe uma Assessoria de Comunicação, ela tem que ser a primeira a saber. Temos que trabalhar em conjunto. Vocês trabalham com a informação, com a notícia. Não custa nada uma Diretoria ajudar a outra", acredita.

São várias as histórias de crimes com repercussão na mídia, que exigem trabalhos especiais da Ascom

Judiciário se adapta a novo divórcio



Rodrigo Vilça

■ A juíza Ângela de Lourdes Rodrigues afirma que a nova regra diminuirá o número de processos

Daniela Lima

Em 19 de julho, o juiz da 3ª Vara Cível de Araxá, Ibrahim Fleury de Camargo Madeira Filho, homologou o divórcio de Pedro* e Ana*. O acordo para pôr fim ao casamento de 11 anos foi firmado em audiência de conciliação do processo de separação litigiosa do casal. A mãe ficará com a guarda das filhas. O pai poderá visitá-las livremente e pagará pensão alimentícia. A partilha de bens será discutida em outra ação.

O caso de Pedro e Ana pôde acontecer graças à publicação da Emenda Constitucional 66, de 13 de julho, que estabeleceu que o divórcio não depende mais de prévia separação. A mudança torna o processo mais simples, e seu impacto já pode ser sentido no Judiciário. A maioria dos juízes está intimando as partes nas ações de separação para que elas modifiquem o pedido para divórcio. Nos processos com audiência agendada a adaptação pode ser feita durante a audiência.

A separação acabou?

A interpretação de alguns juízes é que a separação judicial não figura mais no ordenamento brasileiro. "Se o autor disser que não quer o divórcio, o processo

de separação é extinto porque o pedido dele é juridicamente impossível", defende o juiz da 4ª Vara de Família de Belo Horizonte, Amauri Pinto Ferreira.

Outros juízes pensam diferente. Para eles, a Constituição apenas eliminou a necessidade de comprovar tempo de separação (no caso de judicial, um ano; na separação de fato, dois anos) para um casal se divorciar, mas não extinguiu a separação, que ainda está prevista no Código Civil. "A separação judicial ampara aqueles casos em que o casal considera oportuno separar-se durante algum tempo, a fim de melhor refletir se o divórcio é a solução ou se realmente se amam e podem superar a desavença, restabelecendo a vida matrimonial", explica o juiz Ibrahim Fleury. Nesse caso, não será necessário casar de novo, basta requerer o restabelecimento do casamento.

Para a juíza da 12ª Vara de Família da Capital, Ângela de Lourdes Rodrigues, quando as duas partes vêm a juízo, elas já amadureceram a ideia. Para ela, o que muda efetivamente é que, se uma parte não quer o rompimento do vínculo, não poderá contestar o pedido alegando que ainda não há dois anos de separação. "Era comum casais separados se reencon-

trarem momentaneamente: a parte contrária provava ter retomado o vínculo e impedia o divórcio pela não comprovação do prazo. Isso não é possível mais", explica. "O cônjuge que não concorda com o divórcio pode tentar reconciliar, esse direito sempre vai existir. Se as partes quiserem, o processo pode ser paralisado por um período", esclarece a juíza.

Divórcio mais simples

Quando não há litígio, o divórcio pode ser concedido até sem audiência. "Como não é preciso fazer prova do prazo de separação, a audiência só será necessária se houver interesse de filhos menores, quando é necessária a intervenção do Ministério Público", explica Amauri Pinto.

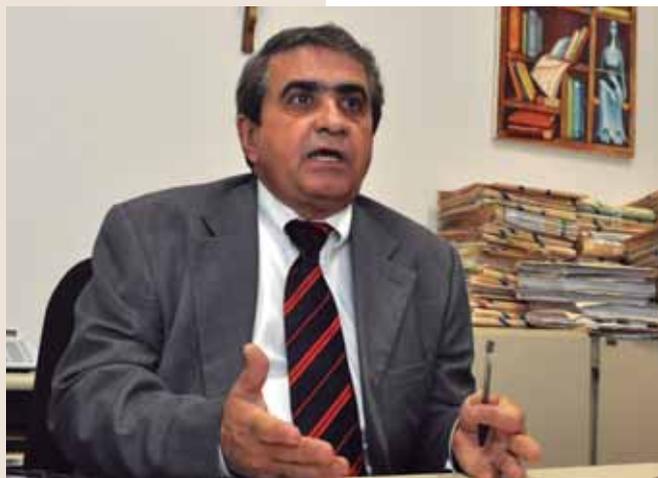
Ângela Rodrigues afirma que marca audiência se as partes já quiserem definir sobre partilha, pensão etc. "Assim, já resolvo tudo e evito o ajuizamento de novas ações", completa. Ela considera que a mudança é positiva tanto para as partes, que não precisarão mais mover uma ação, deslocar testemunhas, esperar o prazo e mover nova ação, quanto para a Justiça, pois diminui o acúmulo de processos. "Os 372 processos de separação que tramitam hoje na minha vara podem gerar divórcio. A regra anterior exigiria 372 novos processos para converter a separação em divórcio", explica.

"O divórcio mais fácil não cria um prejuízo para a sociedade, porque não é o processo de separação ou de divórcio que mantém as pessoas juntas ou separadas", entende a juíza.

Para o juiz Amauri Pinto, a lei está reconhecendo o que acontece na sociedade. "Quando os casais descobriam que não tinham mais afinidade e não podiam pedir o divórcio imediatamente, eles se separavam de fato e não tinham sua situação resolvida. Não podiam se casar de novo, constituir uma nova família regular, nem a união estável era possível, porque eles ainda eram casados", afirma o magistrado.

* Os nomes foram trocados para preservar a privacidade do casal

O divórcio mais fácil não cria um prejuízo para a sociedade, porque não é o processo de separação ou de divórcio que mantém as pessoas juntas ou separadas



Rodrigo Vilça

■ Para o juiz Amauri Pinto Ferreira, o novo divórcio reconhece o que acontece na sociedade

Guarda e descarte exigem atenção especial

Sidneia Simões

É preciso ter critério tanto para guardar quanto para descartar documentos. Como os arquivos, regra geral, ficam distantes, as pessoas não têm muita noção do que significa acumular toneladas de papéis, dos custos advindos dessa atividade. No TJMG, já existem políticas definidas para os documentos administrativos. As normas para os processos judiciais estão em andamento. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) irá disponibilizar, em breve, para consulta pública, no site www.cnj.jus.br, a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, válida para a eliminação de processos.

A realidade é preocupante e envolve um grande e crescente volume de documentos. O maior desafio é administrar os problemas relacionados ao espaço físico. Para minimizar a questão, o Tribunal de Minas assinou o Contrato 324/2010, no último mês de julho, com a empresa Metrofile Brasil Gestão da Informação Ltda.

Com isso, fica assegurada a prestação contínua dos serviços de coleta, armazenamento, guarda, desarquivamento, rearquivamento e gerenciamento informatizado do acervo das comarcas do Estado. O contrato tem prazo de cinco anos, com valor total de R\$ 5 580 milhões, sendo aplicado na medida em que o TJ encaminhar a documentação, e a contratada tiver condições de assumir as funções.

Para aprimorar esse tipo de contrato, foi publicada, no último dia 14 de abril, outra Portaria Conjunta (174/2010), que disciplina o encaminhamento e o recebimento de documentos administrativos e processos judiciais entre os arquivos da Justiça de 1ª Instância e os arquivos centralizados sob guarda de empresa contratada.

Os tipos de arquivos foram assim definidos pela portaria: o arquivo setorial pertence à vara ou à comarca, para armazenamento de documentos administrativos na fase corrente e processos judiciais antes do trânsito em julgado; o arquivo centralizado fica sob guarda de empresa contratada, para documentos administrativos nas fases intermediária e permanente e processos com trânsito em julgado.

O que arquivar?

Observados os critérios de gestão dos contratos de terceirização de guarda de documentos, poderão ser encaminhados para armazenamento

no arquivo centralizado: documentos administrativos nas fases intermediária e permanente; processos judiciais, inclusive dos Juizados Especiais, e seus incidentes, com trânsito em julgado há mais de um ano.

Os feitos relativos a família e sucessões deverão permanecer, mesmo depois do trânsito em julgado, no arquivo setorial, salvo comprovada impossibilidade de manutenção do acervo, quando poderão ser enviados ao arquivo centralizado os feitos mais antigos. Compete ao escrivão o controle do envio e recebimento dos documentos administrativos e processos judiciais, realizados entre o arquivo setorial e o arquivo centralizado, observadas as normas da portaria-conjunta e os critérios definidos pelos gestores do contrato.

Vida útil dos documentos

Até quando deve ser guardado cada tipo de documento? No TJMG, um processo de aquisição/pagamento de material de consumo, por exemplo, tem vida útil de seis anos, devendo ser eliminado depois desse prazo; já o termo de cessão/doação de bem patrimonial vai para o arquivo permanente. Informações como essas estão na Tabela de Temporalidade dos Documentos Administrativos do TJMG, atualizada e disponibilizada pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), por meio de sua Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental (Dirged), no portal www.tjmg.jus.br ou na página www.ejef.tjmg.jus.br.

O grande desafio é, agora, criar a tabela de temporalidade dos processos judiciais. O CNJ lançou, em dezembro de 2008, o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname). Já foi instituído o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (MoreqJus). Outra iniciativa importante é a Tabela de Temporalidade e Destinação de Processos, que o CNJ irá disponibilizar, em breve, para consulta pública, visando aos acertos finais. Estimativas do CNJ apontam que 60% da massa documental dos tribunais não gera interesse para as partes ou para a sociedade e seria passível de descarte.

Em Minas, algumas ações já trazem grande alívio, como o Provimento 194/2010, da Corregedoria



Rodrigo Vilaça

Na Justiça Estadual de Minas existem 88 prédios que são usados, totalmente ou parcialmente, para a guarda de documentos

de documentos

doria-Geral de Justiça, para o descarte dos agravos de instrumento, uma vez que são cópias de documentos presentes nos autos principais. A gestão documental é um dos grandes desafios e terá atenção especial nesta administração, destaca o 2º vice-presidente e superintendente da Ejef, desembargador Joaquim Herculano Rodrigues.

Arquivo em Minas

Somente na Justiça Estadual de Minas, existem 88 prédios locados, usados total ou parcialmente, para a guarda de documentos administrativos e processos judiciais, além dos cedidos gratuitamente pelas prefeituras. Os custos giram em torno de R\$132 mil mensais. Só na Capital, há arquivos no Centro Operacional e nas avenidas Francisco Sales e Olegário Maciel.

Ao arquivo da 2ª Instância chega uma média de 350 pedidos de desarquivamento por mês. Solicitações encaminhadas até 9 horas, via de regra, são enviadas para os setores ainda na parte da manhã ou, no máximo, na mesma tarde. Pedidos que chegam até 14 horas são atendidos no mesmo dia.

Já ao arquivo da 1ª Instância/Capital chegaram, em 2009, 91.104 pedidos, cujo atendimento é regulamentado pela Portaria 872/2009, que instituiu a Central de Arquivo Forense (CAF). Vários pedidos, especialmente os "urgentes", são atendidos no mesmo dia, prazo inferior ao concedido pela portaria, de 24 horas úteis.

Escola judicial

A gestão de documentos é uma atribuição da Ejef, por meio da Dirged, especialmente da Gerência de Arquivo e Tratamento da Informação Documental (Gearq). O TJMG, há alguns anos, vem investindo em políticas nessa área, frisa a diretora executiva de Gestão da Informação Documental, Mônica Sá.

Instituído pela Resolução 484, de 16 de setembro de 2005, o Programa de Gestão de Documentos Administrativos na Secretaria do TJMG tem políticas e diretrizes definidas pela Comissão Técnica de Avaliação Documental em conformidade com a legislação brasileira e normas do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq).

Fotos: Rodrigo Vilaça



■ No arquivo da 1ª Instância da Capital, chegaram, em 2009, mais de 91 mil pedidos de desarquivamento de processos



■ Maria Cristina Cheib e Mônica Sá são responsáveis pela gestão de documento do Tribunal

No ano passado, o TJMG, observadas as regras estabelecidas, eliminou 3,3 toneladas de documentos administrativos da 2ª Instância. Para este ano, a estimativa é de uma tonelada. Segundo a gerente de Arquivo e Tratamento da Informação Documental, Maria Cristina Cheib, com a adoção sistemática dessa prática, a tendência é de uma crescente diminuição do quantitativo a ser eliminado.

Um dos grandes referenciais da gestão documental foi o gerente Júlio César Bandeira de Mello, que faleceu este ano, tendo deixado vários estudos e monografias, disponíveis na Biblioteca do TJ.

Você sabia...

- A digitalização de documentos não autoriza a sua eliminação.
- O CPC, no seu artigo 1.215, autorizava a eliminação de processos judiciais; a Lei 6.246/75 suspendeu a vigência desse artigo, mas a Lei 8.159/91 reabriu essa possibilidade.

TJMG alinha planos ao orçamento



Rodrigo Vileça

Em sessão de 28 de julho, a Corte Superior aprova proposta orçamentária para o exercício de 2011

Paloma Palacio

Neste mês, o Planejamento Estratégico (PE) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para o quinquênio 2010-2014 passa por uma importante fase de seu desenvolvimento: a Corte Superior vai apreciar as iniciativas estratégicas e respectivos componentes e as metas relacionadas com os indicadores previstos na Resolução 638/2010 (que trata do planejamento). Além disso, o colegiado vai deliberar sobre a escala de prioridades das iniciativas, para subsidiar o planejamento orçamentário dos próximos cinco anos.

As iniciativas estratégicas, constituídas dos programas, projetos, planos e ações priorizados pela instituição para atingir seus objetivos, foram detalhadas pelas áreas durante o mês de agosto, com o auxílio da Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag). Foram revistos e complementados: escopo, alinhamento estratégico, áreas envolvidas, justificativa, indicadores e metas, marcos e entregas, custos, riscos e área gestora.

Das 30 iniciativas estratégicas que compõem o planejamento, 15 foram aprovadas previamente pela Corte Superior, em julho, para que constassem da proposta orçamentária do TJMG - exercício de 2011, enviada mês passado ao Executivo. São elas: gestão de comarcas;

processo eletrônico; plano de modernização e alinhamento das ações de comunicação; otimização da gestão da informação e da gestão documental; TJ Integração - saúde e inclusão; plano de pessoal; reestruturação da área de tecnologia da informação; programa de educação continuada para magistrados; programa de educação continuada para servidores; Centro de Segurança Institucional (Cesi); Central de Conciliação; justiça restaurativa criminal; Projeto Novos Rumos (incluindo as ações voltadas para a humanização e eficácia do cumprimento das penas privativas de liberdade, das medidas sócio-educativas e das medidas de segurança); plano institucional de construções e reformas prediais.

Planejamento e orçamento

Segundo a gerente do Centro de Padronização e Qualidade na Gestão (Cepaq), Dalila Saurine Petraconi, uma característica significativa do planejamento atual é o casamento entre planejamento e orçamento: "esse ano, conseguimos definir o planejamento a tempo de ser inserido no orçamento. A aprovação prévia de algumas iniciativas pela

Corte Superior foi uma ação necessária para garantir, em 2011, o orçamento para projetos e ações importantes do nosso planejamento. E isso aconteceu porque o orçamento, por força legal, teria de ser aprovado antes do prazo dado pela resolução para a complementação dos componentes das iniciativas. Dessa forma, garantem-se os recursos para executar os projetos", explica.

Página eletrônica

Para que magistrados e servidores acompanhem o resultado dos objetivos e metas e para destacar o atual planejamento, agora alinhado ao do Poder Judiciário, a página do planejamento, no Portal TJMG, foi reformulada.

No link "Histórico", conhecem-se os planos institucionais desenvolvidos desde 1999; em "Cronologia", é possível acompanhar as principais atividades e acontecimentos relacionados à elaboração do PE. Existem ainda *links* para o mapa (representação gráfica da estratégia do Tribunal), o referencial (documento que traz a identidade e o perfil institucional, análise de cenários) e os conceitos (estratégicos, como também os de missão, visão e valores do Tribunal).

Experiência jurídica na Comunicação



Renata Mendes

Para Valéria, a Ascom como área-meio é fundamental no suporte à área-fim e tem papel de destaque no relacionamento com a sociedade e com o público interno do TJ

lone Bernadete

Quando, em junho de 2010, foi nomeada para o cargo de assessora de Comunicação Institucional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Valéria Valle Vianna encarou a responsabilidade como mais um desafio na sua vida profissional. Formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), com 20 anos de Tribunal, trabalho a que fez jus por meio de concurso público, Valéria traz na bagagem vasta experiência na área judiciária, onde iniciou no Cartório de Feitos Especiais (Cafes) e ocupou, posteriormente, os cargos de escrevente e gerente do Cartório da 1ª Câmara Cível e secretária da Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária (Sepad). Participou de todas as mudanças importantes da Secretaria Judiciária como, por exemplo, a transição do processo de papel para o sistema informatizado e todo o procedimento de padronização da área. Mãe de quatro filhos (Mariana, Rafael, Raquel e Pedro), Valéria confessa que ainda encontra tempo para se dedicar a alguns de seus *hobbies*: leitura, natação, viagens, ciclismo, corrida e academia.

TJMG Informativo - Como você avalia a Comunicação Institucional do Tribunal de Justiça?

VVV - A Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) foi uma grande surpresa para mim. Antes de vir para cá, tinha pouco conhecimento do volume e da importância do trabalho aqui realizado. Acredito mesmo que a maioria das pessoas tem uma ideia equivocada a respeito do que é produzido pela Ascom. Muitos pensam que a Assessoria existe unicamente para realizar festas. E não é nada disso. A Ascom como área-meio é fundamental no suporte à área-fim e tem um papel de destaque no relacionamento com a sociedade e com o público interno do Tribunal. A transparência exigida pelo público em geral é um trabalho permanente da equipe de imprensa e corresponde ao que foi proposto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à determinação da Gestão Administrativa do Tribunal. Cada setor procura desempenhar sua atividade da melhor forma possível. Da equipe de Cerimonial e Relações Públicas à Equipe de Apoio, da Comunicação Interna à Coordenação Visual, do Centro de Imprensa aos núcleos da Raja Gabaglia e do Fórum Lafayette, toda a equipe da Ascom é formada por profissionais altamente qualificados e envolvidos com o trabalho, muitas vezes se desdobrando fora do expediente, à noite e nos finais de semana, para prestar ao usuário da Justiça um serviço de excelente qualidade.

TJMG Informativo - Da sua experiência na área judiciária o que é possível aplicar na Ascom?

VVV - Na minha opinião, a vinda de uma pessoa da área judiciária para a área de comunicação a credencia na contribuição de um maior esclarecimento ao setor tanto de determinados conceitos jurídicos quanto de todo o funcionamento do processo judicial. Pelo tempo que tenho de Tribunal, mantenho um bom relacionamento com grande número de desembargadores, e isso, de uma certa forma, é um fator positivo no entrosamento com a equipe e no desenvolvimento do trabalho.

TJMG Informativo - O que você sugere para o fortalecimento da parceria entre a Assessoria de Comunicação e a área judiciária na divulgação de interesse da sociedade?

VVV - Acho essencial essa parceria que, fundamentalmente, se baseia na facilitação do acesso do jornalista ao andamento processual. A equipe da área judiciária precisa se conscientizar da importância do trabalho de comunicação e divulgação dos dados referentes aos números que envolvem magistrados e servidores. É necessário que o Centro de Imprensa do TJMG seja informado em primeira mão das decisões da Casa para evitar que outros veículos divulguem notícias que não correspondem à verdade dos fatos.

É necessário que o Centro de Imprensa do TJMG seja informado em primeira mão das decisões da Casa



Jesp Criminal: reflexão como alternativa de punição

Juíza Flávia Birchal: "O objetivo é prevenir novos delitos"

Joubert Oliveira

O Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte vem revolucionando a aplicação de medidas a infratores que cometem crimes de pequeno potencial ofensivo. Com a implantação da Rede Judicial de Proteção, o encaminhamento para grupos de reflexão temáticos, como proposta alternativa à prestação de serviços à comunidade ou à prestação pecuniária, tem sido cada vez mais aplicado e já representa quase 50% das medidas adotadas pelo Juizado.

Por meio da Rede Judicial de Proteção, os agentes utilizam a abordagem temática para estimular a atitude reflexiva dos infratores sobre as implicações de suas condutas, tanto em caráter pessoal quanto social. Ela engloba os projetos Provida, Despertar, Via Legal e Pássaros.

Histórico

Em 1995, a Lei 9.099 instituiu os Juizados Especiais no país, definindo a competência do Juizado Especial Criminal (Jesp Criminal): infrações penais legalmente consideradas de menor potencial ofensivo. Para essas infrações, a Legislação Especial previu transação penal do processo, ou seja, o Ministério Público propõe ao suposto autor da infração que cumpra medidas despenalizadoras por um determinado prazo, e, se a proposta é aceita, o processo fica suspenso até o fim do prazo determinado pela Justiça. Após o cumprimento das determinações, o processo é extinto.

De acordo com a juíza Flávia Birchal, do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, a experiência revelou que, por um lado, a simplificação do Juizado Especial cumpriu a função de celeridade dos procedimentos com uma rápida resposta para a sociedade; por outro, precisava aprimorar a forma de aplicar as medidas, para que os juizados criminais atingissem seu objetivo, que é prevenir novos delitos.

Essa constatação motivou a criação do Programa de Atenção à Violência Doméstica (Provida) em 2004, primeiro projeto do Juizado Especial Criminal com objetivo de reduzir a criminalidade por meio da conjugação de medidas coercitivas e intervenções psicossociais e educativas. Inspirado nos bons resultados daquele projeto, o Jesp Criminal desenvolveu posteriormente mais três: o Despertar, voltado para usuários e dependentes de drogas, o Via Legal, para infratores de Trânsito, e o Pássaros, destinado a pessoas que cometem crimes ambientais.

Rede interdisciplinar

A parceria entre instituições e o diálogo interdisciplinar do Direito com outras ciências para o desenvolvimento de novas abordagens aos conflitos sócio-penais é fundamental para o sucesso dos programas e estão presentes em todos eles. Compõem a Rede Judicial de Proteção, além do Juizado Especial de BH, o

Ministério Público, a Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), por meio da Central de Penas Alternativas (Ceapa), a Subsecretaria Antidrogas, a Defensoria Pública, a Prefeitura Municipal e Organizações Não Governamentais (ONGs), de acordo com a afinidade e atuação destas com o fenômeno social em foco. Entre os principais resultados obtidos estão a maior responsabilização do infrator, a redução de vulnerabilidades sociais e dos índices de criminalidade, a promoção dos direitos humanos e a consequente redução da reincidência criminal.

No primeiro semestre de 2010, o encaminhamento para grupo de reflexão foi a medida aplicada em 1.088 propostas de transação penal, enquanto a prestação pecuniária foi proposta em 1.561 ações, e a prestação de serviços à comunidade somou 764 propostas.

O diálogo interdisciplinar do Direito com outras ciências para o desenvolvimento de novas abordagens aos conflitos sócio-penais é fundamental para o sucesso dos programas

TJ Criança Abriga:

10 anos de dedicação e amor



Rodrigo Vileça

Thais Paiva

Bonecos feitos com material reciclável, identificados por palavras como família, respeito e justiça, maquetes e painel com fotos e mensagens enfeitaram o saguão do Tribunal de Justiça no dia 10 de agosto. Nessa data, foram comemorados os 10 anos do TJ Criança Abriga, entidade que acolhe crianças em situação de risco pessoal e social.

Na abertura, as 10 crianças do abrigo cantaram "Faz um milagre em

mim" acompanhadas por Artur Felipe, que é voluntário na entidade há três anos. Nos domingos pela manhã, ele leva as crianças para alguma praça, onde brincam e ensaiam músicas.

"Com o TJ Criança Abriga pude dar minha pequena contribuição para mudar a vida de algumas crianças", diz Itamar de Carvalho Ribeiro, fundador da organização e servidor do TJMG. Ele comenta que aprendeu muito nesses dez anos,

sempre "tentando melhorar as condições de vida desses 'pequenos' maltratados pela vida".

Responsabilidade

Também servidor do TJ, Júlio César Massensini é o atual presidente da entidade. Ele diz que a responsabilidade é grande, mas que se aprende muito através das boas experiências.

No TJ Criança Abriga, as crianças têm o dia recheado de atividades. Júlio conta que eles estudam, brincam, aprendem a lidar com computador, recebem assistência à saúde, cuidados com a higiene e atendimento psicológico. A coordenadora Flávia Figueiredo completa, dizendo que são realizados também trabalhos artesanais nas oficinas pedagógicas.

As crianças adoram falar sobre as brincadeiras de que mais gostam. Kaique, de 6 anos, diz que sua preferência é jogar bola. Welbert, de 5 anos, além do futebol, gosta de esconde-esconde e pega-pega. Já Wesley, de 7 anos, fala que gosta de corre cutia, esconde-esconde e dos passeios, mas que só passeia quem se comporta. Eles contam que no abrigo há hora para acordar, lanchar, brincar e assistir TV.

Para Itamar, o abrigo só existe por causa da dedicação dos sócios fundadores, voluntários e funcionários. "Sem eles não chegaríamos aos dez anos de funcionamento e não teríamos mudado a história de vida de tantas crianças", conta.

Erramos: A servidora que participa de ação social no asilo da Cidade Ozanam é Maria de Jesus e não Maria José, como consta do quarto e do sexto parágrafos da matéria Ação Social (página 11 do TJMG Informativo do mês passado).

Feijoada no Nutris

O TJMG e a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) realizam, no dia 18 de setembro, uma feijoada em benefício da Creche Nutris e do Núcleo de Arte e Cultura (NAC), que atendem 230 crianças e adolescentes com idades entre zero e 16 anos, no bairro Mariano de Abreu, em Belo Horizonte. O evento será às 12h, no Parque Esportivo da Amagis, que fica na rua Albita, 160, Cruzeiro. Os ingressos, que custam R\$30, podem ser adquiridos no Gabinete de Apoio aos Desembargadores (Gaade) e nas unidades da Assessoria de Comunicação - Ascom/GoIás, Ascom/Raja e Ascom/Fórum. Mais informações pelo telefone (31) 3237-6551.



A Grande Depressão

no Cineclube TJ

Lucas Loyola

Considerado o pior e mais longo período de recessão econômica do século 20, a Grande Depressão foi uma crise econômica que teve início em 1929 e só terminou com a Segunda Guerra Mundial. Esse período de depressão econômica causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países e quedas na produção industrial e nos preços de ações. Os efeitos da crise foram sentidos no mundo inteiro.

É nesse cenário que se passa o filme neorrealista *O preço de uma vida*, do diretor Edward Dmitryk, em cartaz no Cineclube TJ, em

30 de setembro, às 19h. Adaptação da novela de Pietro Di Donato, essa produção americana de 1949 retrata a vida dura de imigrantes italianos durante a depressão nos Estados Unidos.

Logo no início do filme, vemos um homem atordoado andando pelas ruas de Nova York, como se estivesse sendo esmagado pela *Big Apple*. A trajetória desse homem que chegou à América para tentar a sorte e só encontrou desilusão é a história contada por Edward Dmitryk.

As sessões do Cineclube TJ são realizadas no auditório do anexo II do TJMG, na rua Goiás, 253, 3º andar. A entrada é franca.

CLICK DO LEITOR



Teotimo Júnior Lara

Monte Everest (8848m) visto do Gokyo Peak (5357m), durante o pôr do sol no Parque Nacional Sagarmatha do Nepal. Chamada de Everest pelos ocidentais, entre os nepaleses a montanha é conhecida como Sagarmatha, que significa "deusa mãe dos céus", e entre os tibetanos, como Chomolungma, "deusa mãe do mundo". Situada na fronteira do Nepal com o Tibet, integra a cordilheira do Himalaia, que se estende entre a China e a Índia, a mais de quatro mil metros de altitude. Se outrora era o destino exclusivo de alpinistas experientes, recentemente tem se tornado um desafio a pessoas de todas as partes do mundo, de várias idades e profissões, que têm em comum o interesse pelas montanhas e por culturas ainda pouco influenciadas pelo Ocidente.

Teotimo Júnior Lara - Coordenação de Patrimônio (Copat)

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor*, envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.



IMPRESSO